



Universidade: presente!

UFRGS
PROPESQ



XXXI SIC

21.25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A EXTENSÃO DOS EFEITOS DA FALÊNCIA SOB ANÁLISE DA MP 881/19 E LEI 13.874/19

AUTORA EDUARDA JADE STUMER SANTOS
ORIENTADOR PROF. DR. GERSON BRANCO
UFRGS - FACULDADE DE DIREITO

A MP 881/19 e a Lei 13.874/19, que institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, em suas mudanças normativas, trouxe:

Conceitos em consonância com entendimentos jurisprudenciais e doutrinários já firmados?

Segurança jurídica através de critérios objetivos?

Harmonia aos institutos da extensão e desconsideração a partir das controvérsias já elencadas pela doutrina?

Conceitos necessários ao tema:

Regras gerais e especiais da desconsideração;

Desconsideração inversa da personalidade jurídica;

Abuso de direito, entre outros.

Metodologia de contextualização técnica que envolve:

Legislação vigente e alterações normativas;

Doutrina predominante;

Alterações das tendências jurisprudenciais;

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

TARTUCE, Flavio. A MP 881/19 (liberdade econômica) e as alterações do Código Civil - Primeira Parte. São Paulo: Portal Migalhas, 2019.

REQUIÃO, Rubens. Abuso de direito e fraude através da personalidade jurídica (disregard doctrine). In: Enciclopédia Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1977.

SILVA, Alexandre Couto. Aplicação da Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Gen Forense, 2009.